

--- SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM, REALIZADA NO DIA TRINTA DE ABRIL DO ANO DE DOIS MIL E QUATRO.

--- Aos trinta dias do mês de Abril do ano de dois mil e quatro, pelas vinte e uma horas e quarenta minutos, reuniu a Assembleia Municipal de Santarém, no Salão Nobre do Governo Civil, na cidade de Santarém, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

--- **Um**–APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ACTIVIDADE DO MUNICÍPIO, BEM COMO DA SUA SITUAÇÃO FINANCEIRA, DESDE A ÚLTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA. -----

--- **Dois**–PROPOSTA DE FIXAÇÃO DA TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM (PMDP). -----

--- **Três**–VENDA EM HASTA PÚBLICA DO LOTE NÚMERO CINQUENTA DA ZONA INDUSTRIAL DE SANTARÉM. -----

--- **Quatro**– RELATÓRIO E DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE SANTARÉM REFERENTE AO ANO DE DOIS MIL E TRÊS. -----

--- **Cinco**–RELATÓRIO DE GESTÃO E PRESTAÇÃO DE CONTAS DE DOIS MIL E TRÊS DA CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM. -----

--- **Seis**–PROPOSTAS DE VOTOS, MOÇÕES OU RECOMENDAÇÕES ENTREGUES NA MESA ATÉ AO INÍCIO DO PERÍODO DE “ANTES DA ORDEM DO DIA”. -----

--- O senhor **Presidente da Assembleia** ordenou que se procedesse à chamada, tendo-se verificado as seguintes presenças: -----

--- José Miguel Correia Noras, Luís Alberto Ferreira Leitão, Aires Manuel Gaspar Duarte Lopes, Ana Lúcia Moreira Machado Santos Virtudes, António Carvalho Carreira, António Xavier Martins da Rocha Pinto, Carla Andreia Costa dos Santos, Carlos Manuel Luís Catalão, Cláudio José Viveiros Sarmiento, Elmano de Almeida Matos, Eurico Mateus Guerra Saramago, Francisco Miguel Baudoin Madeira Lopes, Helder Nuno Jesus Cruz

ACTA Nº. 21/2004
Sessão Ordinária de 30 de Abril de 2004

Oliveira Pombo, João Carlos de Almeida Ribeiro Martinho, José António Pisco Borrego, José Luís Marques Cabrita, José Manuel Gaspar, Leonel de Matos Martinho do Rosário, Liliana Bento Oleiro, Luís Filipe Fragoso Carvalho de Almeida, Manuel Albino da Conceição Rosa, Nuno Miguel Freire Gameiro Castelbranco, Pedro Miguel Rodrigues Neves Veloso, Pedro Nuno Pimenta Braz, Ricardo Zarco Martinho do Rosário, Rosalina da Piedade Melro Blaser Gaspar, Vicente Carlos Flor Batalha, Vítor Manuel de Almeida Garcia Alves. -----

--- **Presidentes de Junta:**-----

--- Ezequiel Azinheira Louro, Joaquim Júlio da Luz Saramago, Manuel Joaquim Vieira, Eva Sofia Ferreira Quaresma da Costa, Joaquim da Silva Lucas da Graça, Basílio Duarte Oleiro, Ricardo Gonçalves Ribeiro Gonçalves, Luís Manuel Madeira Mena Esteves, Diamantino Carvalho Vicente, Joaquim Manuel Gaspar Aniceto, Mário José Rodrigues dos Santos, Carlos Manuel Beirante Gomes Beja, Francisco José Viegas Santos, Dora Sofia dos Santos Gandarez, José António Coelho Madeira, António João Ferreira Henriques, Luís Manuel Graça Batista, Sebastião Morgado Ribeiro, Ricardo Luís da Costa, Luís Maria Severino Arrais, Vítor Manuel da Costa de Oliveira Gaspar, José Daniel Graça Madeira, Manuel de Oliveira da Silva Cordeiro, Vítor Manuel Damas Pinto da Rocha, Firmino Joaquim Prudêncio D' Oliveira e Joaquim António Salgado Canha. --

--- Verificaram-se as seguintes ausências:-----

--- José Ilídio da Fonseca Freire e António Manuel Simões Cordeiro Duarte. -----

--- Solicitaram a sua substituição, nos termos da Lei e do Regimento, os seguintes deputados municipais: -----

--- Mónica Isabel Duarte Mendonça, Vasco Navarro da Graça Moura e Vítor Manuel de Sousa Varajão.-----

--- Confirmada a existência de quórum, o senhor **Presidente da Assembleia** declarou aberta a sessão, dando início ao **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**. -----

--- Seguidamente, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a discussão e votação a Acta número dez/dois mil e três, referente à sessão ordinária de trinta de Abril de dois mil

e três, tendo sido **aprovada por unanimidade**.-----

--- Depois, o senhor **Presidente da Assembleia** proferiu uma saudação relativamente ao alargamento da União Europeia a qual a partir das zero horas passará a contar com dez novos países.-----

--- De seguida, foi dada a palavra ao senhor **Ricardo Martinho do Rosário** que felicitou a Câmara e a Assembleia Municipal de Santarém pela dimensão e dignidade que deram às comemorações do vinte e cinco de Abril, considerando terem sido trinta anos em que se reforçou a liberdade e a democracia então conquistada.-----

--- Destacou a presença do senhor General Ramalho Eanes na Sessão Extraordinária sobre o vinte e cinco de Abril.-----

--- Depois, interveio o senhor **Pedro Braz** referindo que a União Europeia irá sofrer o seu maior alargamento de sempre com a entrada de dez novos países que irão passar fazer parte desta Comunidade.-----

--- Referiu a falta de um planeamento sério e rigoroso que antevêja as graves dificuldades que o nosso País irá passar com o referido alargamento.-----

--- Falou da importância de serem implementadas medidas no sentido da qualificação, do emprego e dos direitos sociais, de modo a que sejam claramente dominantes face a impulsos neoliberais, tão em voga no nosso País, que promovem a precariedade laboral a todo o custo.-----

--- Considerou que a chegada destes novos países é claramente um desafio à nossa desinspirada capacidade de ver mais longe no que às regiões e à regionalização diz respeito.-----

--- Usou da palavra, depois, a senhora **Rosalina Melro** considerando que para quem viveu no tempo em que o povo não podia celebrar o Primeiro de Maio e depois viveu aquele Primeiro de Maio de há trinta anos, esta é uma data excepcional por ser vivida no mesmo dia em que se dá o alargamento da União Europeia.-----

--- Prosseguiu, destacando as conquistas do vinte e cinco de Abril em relação ao Primeiro de Maio, nomeadamente o salário mínimo nacional, o direito à associação em sindicatos

livres, o direito à greve, o direito a férias pagas e mais tarde, também, os subsídios de férias e de natal. -----

--- Realçou as acções que amanhã irão ocorrer nas ruas da cidade, nomeadamente a alegria do convívio e da solidariedade e também da luta dos trabalhadores num país onde a gestão da força viva do trabalho não tem estado a satisfazer, nem sequer a tão falada retoma que nunca mais chega.-----

--- Seguidamente, interveio o senhor **Luís Arrais**, Presidente da Junta de Freguesia de S. Nicolau, felicitando a Câmara Municipal de Santarém pela reabertura do Teatro Sá da Bandeira o qual vem enriquecer a cidade. -----

--- Perguntou que dívida tem o Governo para com a Câmara Municipal de Santarém relativamente à Escola Básica de S. Domingos. -----

--- Solicitou esclarecimentos em relação à situação dos Bairros Dezasseis de Março e Suíço. -----

--- Perguntou quais as medidas tomadas de modo a dar cumprimento a uma Recomendação, aprovada por esta Assembleia, de modo a inverter o sentido do trânsito numa artéria da freguesia de S. Nicolau.-----

--- Perguntou também para quando está prevista a colocação da placa toponímica na praceta do “Rapotacho”.-----

--- Depois, usou da palavra o senhor **Vítor Oliveira Gaspar**, Presidente da Junta de Freguesia de Santa Iria da Ribeira de Santarém, dando conta dos trabalhos realizados pelo Conselho Municipal de Educação, destacando que foram aprovados o Regimento do respectivo Conselho e o Plano dos Transportes Escolares do Concelho de Santarém para o ano lectivo dois mil e quatro/dois mil e cinco, tendo sido também abordados outros assuntos ao nível da segurança junto das Escolas.-----

--- Seguidamente, interveio o senhor **Luís Batista**, Presidente da Junta de Freguesia da Romeira, prestando informações sobre o Congresso da ANMP, referindo terem sido abordados três grandes temas: “A Organização do Estado e do Poder Local”; “Os Instrumentos de Planeamento e de Gestão do Território”; “O Financiamento do Poder

Local”.-----

--- A seguir, o senhor **Vicente Batalha** proferiu a seguinte intervenção:-----

--- “A minha intervenção tem por objectivo chamar a atenção, uma vez mais, (e com profunda preocupação o faço), para a situação das freguesias portuguesas, e, caso concreto, para as vinte e oito freguesias do nosso concelho de Santarém.-----

--- O Poder Local, uma exigência e conquista da Revolução, fruto do vinte cinco de Abril, vive uma crise de identidade, funcionamento, e renovação. É imperioso regressar à pureza inicial. À noção de “serviço”, à genuína proximidade das populações e à íntima ligação com elas, à sua participação, ao cumprimento das promessas, e à transparência das decisões, métodos e processos de actuação. Cumpridos o primeiro e segundo ciclos das infra-estruturas básicas (duas décadas), a terminar o terceiro ciclo de outras prioridades do conhecimento, como a educação, o ambiente, e a cultura (a terceira década), para além do urbanismo e planeamento, outros desafios estão em aberto, e se colocam aos autarcas, que ainda não concluíram os ciclos anteriores, e vão acumulando agora com “novas questões”, a ritmo vertiginoso, que o desenvolvimento sustentável impõe, no quadro comunitário alargado, e num mundo globalizado.-----

--- Nesta dinâmica, as freguesias, que são as células vivas, a base do Poder Local democrático são, aliás, continuam a ser, os eternos parentes pobres, ignoradas e adiadas, que só invocam quando é preciso, e convêm, sobretudo, nos discursos de ocasião, para serem esquecidas logo a seguir.-----

--- Foram os FEF’s a conta gotas e com passagem pelas Câmaras como intermediárias, que os geriam a seu belo prazer, depois de muita luta, no último Governo PSD, vieram as transferências directas, com critérios mais discutíveis, nos mínimos, valores que nem chegam para o pagamento das senhas de presença aos eleitos, quanto mais, para o funcionamento corrente das sedes de Junta de Freguesia (a maioria dos eleitos das freguesias pagam para serem autarcas, é a verdade!); continuou a luta, e finalmente, no Governo PS, a consagração legal do regime de permanência para os eleitos das freguesias, com o pecado original de uma flagrante injustiça, que criou freguesias de

primeira e de segunda, numa discriminação ridícula e obsoleta: ou seja, às maiores e mais desenvolvidas, o OE paga o vencimento dos autarcas em regime de permanência, às que mais necessitam de desenvolvimento, acompanhamento e investimento, às pobrezinhas, o OE não paga, os vencimentos dos autarcas em regime de permanência são pagos pelas receitas da própria freguesia, um contra-senso, uma legislação contra natura. Toda a legislação que respeita às freguesias, incluindo o regime de competências e meios, e sublinho e destaque, meios, não há uma coisa sem outra, (ou melhor, há, mas não devia haver), por isso chamo ao novo regime que tem que vir com urgência para as freguesias portuguesas, “Regime de Competências e Meios”, tudo tem que ser reexaminado, reequacionado, revisto, renovado, actualizado. Sem mais demoras. -----

As freguesias são autarquias de corpo inteiro, independentes e autónomas. Devem funcionar em colaboração e complementaridade com as Câmaras Municipais, nunca debaixo da sua sombra politico-partidária, nunca numa atitude de subserviência, de peditório com o chapéu na mão. Mesmo, os Protocolos, assinados entre as Câmaras e as Juntas são para cumprir a tempo e horas, e não com constantes sobressaltos e atrasos, incompatíveis com a penúria e as dificuldades diárias das freguesias, causando a sua permanente asfixia. As freguesias de Coimbra e da Zona centro já lançaram o alerta, esta semana, e ameaçaram com o encerramento das sedes e a entrega das respectivas chaves. Em causa tudo isto, com a agravante de até as gratificações e senhas de presença pagarem impostos (duplamente penalizador). Para fazer pensar, muito e bem! -----

---Já alguma coisa se evoluiu, a desesperantes passos de caracol. Reconheço que a situação é diferente de mil novecentos e setenta e seis, até em termos de notoriedade e reconhecimento público, e é mesmo diferente de mil novecentos e oitenta e nove, quando fui eleito pela primeira vez Presidente da Junta de Freguesia de Pernes. Mas, está longe, a milhas de distância, da dignidade que o pensamento do legislador quis consagrar no texto constitucional para as Freguesias portuguesas. Temos todos que ser mais exigentes nesta matéria estratégica, e todos nós, autarcas, qualquer que seja o cargo e função, temos uma palavra a dizer. Eis, porque, uma vez mais, expresso, aqui, a minha solidariedade e

reconhecimento às freguesias e seus eleitos, a minha indignação pela situação pela situação de “faz de conta” em que vivem a maioria das freguesias (e as vinte oito do nosso concelho, não são excepção, que confirma a regra), trinta anos depois do vinte cinco de Abril, e a minha exigência de uma reforma legislativa adequada e justa para as freguesias, com Abril como matriz.”. -----

--- Depois, solicitou a palavra o senhor **Leonel Martinho do Rosário** para referir que Santarém continua em dívida para com o vinte e cinco de Abril, faltando uma marca indelével da revolução na cidade. -----

--- Afirmou que Santarém tem de capitalizar para si, de um modo muito forte, o espírito do vinte e cinco de Abril, sugerindo que seja estudada a hipótese de ser colocado um monumento ao vinte e cinco de Abril aquando da requalificação da Avenida Sá da Bandeira. -----

--- Interveio, seguidamente, o senhor **Aires Lopes** que alertou para o facto das Portas do Sol terem sido sucessivamente objecto de vandalismos. Solicitou ainda esclarecimentos em relação à requalificação daquele espaço. -----

--- Chamou a atenção para o perigo das grelhas existentes no pavimento do Largo do Seminário, recentemente requalificado, as quais já provocaram a queda de pessoas com alguma gravidade. -----

--- Usou da palavra, depois, o senhor **José Luís Cabrita** referindo que finalmente a Comissão Concelhia de Saúde funcionou, esperando que o funcionamento da mesma não seja apenas pelo facto de ir haver eleições para o Parlamento Europeu. -----

--- Informou que a senhora deputada Luísa Mesquita apresentou, na Assembleia da República, uma proposta com vista à construção do Centro de Saúde de Santarém em S. Domingos, destacando que a mesma foi reprovada pelo PSD e pelo CDS-PP. -----

--- Questionou, ainda, se a Assembleia foi convidada para participar na visita efectuada pela referida Comissão ao Centro de Saúde de Santarém. -----

--- Manifestou a sua preocupação em relação ao Imposto Municipal sobre Imóveis, salientando que os coeficientes de actualização, fixados pelo Governo, para os imóveis

agravam as injustiças relativamente aos valores matriciais, uma vez que não fazem qualquer distinção entre prédios destinados ao arrendamento e para habitação, recomendando à Câmara que o assunto em causa seja analisado em conjunto com a ANMP de modo a ser encontrada uma solução que ponha termo àquilo que se está a verificar pelo País. -----

--- Solicitou, ainda, ao Executivo que sejam tomadas medidas, junto da PSP, de modo a evitar os excessos de velocidade praticados durante a madrugada, na Avenida D. Afonso Henriques, que ultimamente se tem verificado-----

--- A seguir, o senhor **Presidente da Assembleia** esclareceu que a Mesa não teve conhecimento da visita da referida Comissão. Todavia, referiu que soube da mesma através comunicação social. -----

--- Tomou, seguidamente, a palavra o senhor **José Manuel Gaspar** que informou dos trabalhos levados a cabo pela Comissão Concelhia de Saúde. -----

--- Referiu que a mesma reuniu três vezes, desde que foi indicado para integrar a respectiva Comissão, adiantando estar marcada uma nova reunião para o próximo dia três de Maio na qual faz intenção de estar presente.-----

--- De seguida, interveio o senhor **Ricardo Gonçalves**, Presidente da Junta de Freguesia de Azóia de Baixo, perguntando porque razão não foi convidado para participar na visita do senhor Primeiro Ministro a Santarém. -----

--- Quis saber se o Protocolo com as Freguesias já está em exercício dado ter solicitado a intervenção de diversos tipos de maquinaria, na sua freguesia, e até à data ainda não foi dada satisfação ao seu pedido.-----

--- Perguntou que medidas foram tomadas para resolver o problema dos esgotos a “céu aberto” junto ao Lar do Gualdim, e concluiu, solicitando esclarecimentos sobre o processo de saneamento básico para a Azóia de Baixo. -----

--- Depois, foi dada a palavra ao senhor **Basílio Oleiro**, Presidente da Junta de Freguesia de Arneiro das Milhariças, que agradeceu ao senhor Presidente da Assembleia o convite para participar no Congresso da ANMP que se realizou na Madeira.-----

--- Sublinhou as palavras do senhor Vicente Batalha relativamente à transferência de competências para as Juntas de Freguesia. -----

--- Alertou para o problema das curvas entre Santos e o Arneiro das Milhariças as quais têm provocados sucessivos acidentes. -----

--- Interveio, a seguir, o senhor **Helder Pombo** perguntando que medidas foram tomadas pela Câmara de modo a reforçar os meios dos bombeiros no combate aos incêndios. -----

--- Lembrou, em relação ao IMI, que a Administração Fiscal enviou aos contribuintes uma carta informando o modo como os contribuintes com baixos rendimentos podiam solicitar a isenção do referido imposto. -----

--- Retomou a palavra, depois, o senhor **Vicente Batalha** apoiando a ideia dos senhores Leonel Martinho do Rosário e Ricardo Martinho do Rosário no tocante ao vinte e cinco de Abril. -----

--- Aproveitou para recomendar a leitura das actas, do mandato anterior, relativamente às suas intervenções concernentes ao Centro de Saúde de Santarém, considerando que não se pode confundir o Centro de Saúde de Santarém com a Extensão de Saúde de S. Domingos. -----

--- Interveio, seguidamente, o senhor **Diamantino Vicente**, Presidente da Junta de Freguesia de Casével, referindo que as actas referentes às reuniões de Câmara não têm sido remetidas para as Juntas de Freguesia. -----

--- Salientou o atraso das transferências financeira para as Juntas de Freguesia, ao abrigo do Protocolo celebrado, manifestando a sua disponibilidade para analisar, conjuntamente com a Câmara, a difícil situação financeira da Câmara, de modo a se encontrar uma solução para o assunto em causa. -----

--- Destacou que gostaria de participar nos programas das Festas do Concelho e das Comemorações do Vinte e Cinco de Abril, levados a efeito pelo Município.. -----

--- A seguir, usou da palavra o senhor **Francisco José Viegas**, Segundo Secretário da Assembleia, referindo que amanhã, dia um de Maio, a Rádio Pernes completa vinte e quatro anos de existência ao serviço da população do concelho de Santarém e da Região,

agradecendo à referida Rádio os serviços prestados, propondo à Assembleia Municipal para se associar ao aniversário deste órgão de comunicação social pelo seu aniversário.--

--- Por último, usou da palavra o senhor **Presidente da Câmara** que considerou que todos devem estar de parabéns em relação à abertura do Teatro Sá da Bandeira. -----

--- Quanto à Escola de São Domingos, informou não haver qualquer participação do Governo, referindo que a respectiva obra é suportada na íntegra pela Autarquia. -----

--- Referiu existir um projecto de requalificação para o Bairro Dezasseis de Março que já foi objecto de financiamento com vista à sua reabilitação. -----

--- No tocante ao Bairro Suíço referiu que o mesmo pertence ao IGAP. No entanto, este Instituto pretende transferir todos os bairros sociais para as Câmaras Municipais, acrescentando que a Autarquia aceita esta transferência, todavia, estão a ser analisados os custos para a recuperação daquele bairro de modo que, aquando da sua entrega, o Município não receba o mesmo com todos os custos associados à respectiva reabilitação.

--- Quanto à praça “Rapotacho”, afirmou que a respectiva Junta de Freguesia de S. Nicolau poderá colocar a placa toponímica com o nome que lhe foi atribuído. -----

--- Concordou que Santarém merece uma referência ao vinte e cinco de Abril, aceitando analisar a sugestão formulada. -----

--- Relativamente ao Jardim das Portas do Sol, informou já ter sido lançado concurso para o projecto com vista à requalificação daquele espaço. -----

--- Prosseguiu, prestando esclarecimentos em relação ao Centro de Saúde de Santarém, referindo que após uma reunião havida com a tutela, na qual foi dado a conhecer que a Administração Regional de Saúde não considerava prioritária a construção, quer do Centro de Saúde de Santarém, quer da Extensão de Saúde de S. Nicolau. -----

--- Esclareceu em relação à vinda do Primeiro Ministro a Santarém que foi uma visita preparada em cima do acontecimento, a pedido do respectivo Gabinete daquele Chefe de Governo, salientando que os serviços tentaram fazer o máximo de divulgação da referida visita. -----

--- Quanto ao saneamento básico de Azóia de Baixo, referiu que a Câmara pretende

executar o maior número de projectos de saneamento desde que existam meios financeiros para o efeito.-----

--- Referiu, ainda, que a Autarquia para além das verbas que transfere anualmente para os Bombeiros atribui também subsídios excepcionais para aquisição de equipamento, lamentando que o Governo pouco tenha feito no tocante a esta matéria.-----

--- Relativamente à habitação social salientou que irá ser aprovada pelo INH uma componente essencial para que as habitações sociais na freguesia de Casével tenham o seu início dentro em breve.-----

--- Concluiu, esclarecendo que a Câmara tem tentado alargar o mais possível as Festas da Cidade a todo o concelho.-----

--- Terminado o Período de “Antes da Ordem do Dia”, deu-se início ao **PERÍODO DA ORDEM DO DIA**.-----

--- **PONTO UM–APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ACTIVIDADE DO MUNICÍPIO DESDE A ÚLTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA, BEM COMO DA SUA SITUAÇÃO FINANCEIRA.**-----

--- Interveio o senhor **Luís Arrais**, Presidente da Junta de Freguesia de S. Nicolau, lamentando não ter sido convidado a participar na visita às obras da Escola de S. Domingos.-----

--- Questionou porque razão durante dois anos não houve reuniões da Comissão Concelhia de Saúde.-----

--- Depois, foi dada a palavra ao senhor **Diamantino Carvalho Vicente**, Presidente da Junta de Freguesia de Casével, solicitando duas correcções à presente informação escrita, referindo que o processo de beneficiação do caminho municipal mil trezentos e trinta e nove encontra-se em fase mais adiantada do que aquela que vem mencionada no relatório.

--- Salientou estarem referidas na página vinte e oito intervenções na freguesia de S. Vicente do Paúl que pertencem a outras freguesias.-----

--- Usou da palavra, a seguir, o senhor **Vítor Oliveira Gaspar**, Presidente da Junta de

Freguesia de Santa Iria da Ribeira de Santarém, perguntando qual a previsão para o início das obras da Casa da Portagem. -----

--- Alertou para a necessidade de limpeza dos entulhos provenientes das obras de saneamento básico no Interceptor de Runes. -----

--- Quis saber para quando está prevista a fase de execução da obra relativa ao arranjo da Estrada da Estação.-----

--- Solicitou esclarecimentos em relação ao arranjo da Estrada do Campo tendo em conta que a mesma não foi contemplada pelo programa AGRIS. -----

--- Concluiu, questionando se a Autarquia já tomou algumas medidas com vista a exercer o direito de preferência de alguns imóveis na sua freguesia. -----

--- Tomou a palavra, depois, o senhor **Carlos Beja**, Presidente da Junta de Freguesia de Moçarria, que se referiu à repavimentação da Estrada Municipal mil trezentos e cinquenta e sete, prevista para o corrente mês, chamando a atenção para a necessidade da remodelação da rede de abastecimento de água que está instalada ao longo da referida Estrada. -----

--- A seguir, interveio o senhor **Firmino Oliveira**, Presidente da Junta de Freguesia de Vaqueiros, dando conta de mais uma tragédia ocorrida no Alviela, proveniente de uma descarga da ETAR de Alcanena, questionando que medidas foram tomadas pela autarquia em relação a este grave problema. -----

--- Depois, tomou a palavra o senhor **Francisco Madeira Lopes** congratulando-se com a inauguração do Teatro Sá da Bandeira. Contudo, lamentou as anomalias detectadas pelos utilizadores desta sala de espectáculos, numa obra recentemente realizada. -----

--- A seguir, usou da palavra o senhor **Carlos Catalão** referindo que na sequência de uma visita do Presidente da Câmara de Santarém à freguesia do Pombalinho foi estabelecido um entendimento com o Presidente da Câmara da Golegã no sentido de ser elaborado um projecto conjunto para resolver alguns problemas num espaço que é comum aos dois concelhos na referida freguesia, querendo saber se o Município de Santarém já deu andamento ao assunto. -----

--- Depois, tomou a palavra o senhor **Ricardo Martinho do Rosário** considerando que o município está de parabéns relativamente ao urbanismo, destacando um conjunto de planos de pormenor elaborados pelos serviços camarários. -----

--- Destacou que a revisão do PDM irá entrar, em finais de Junho, na conclusão da Fase III. -----

--- Interveio, de seguida, o senhor **José Luís Cabrita** referindo-se aos serviços prestados pelos CTT em Santarém, perguntando se a Câmara já efectuou algumas diligências de modo a resolver a demora no atendimento aos utentes. -----

--- Seguidamente, foi dada a palavra à senhora **Rosalina Melro** que se referiu à requalificação da Rua João Afonso, sugerindo que a obra seja feita de forma faseada de modo a minimizar os transtornos causados aos comerciantes daquela zona. -----

--- Solicitou esclarecimentos em relação à possível destruição da Porta de Mansos. -----

--- Depois, o senhor **António Rocha Pinto** interveio salientando que a qualidade urbanística da cidade de Santarém está mencionada num estudo efectuado pelo jornal Expresso sobre a qualidade das cidades em Portugal, salientando que Santarém em trinta e seis ficou em trigésimo. -----

--- A seguir, no uso da palavra o senhor **Presidente da Câmara** esclareceu em relação à Casa da Portagem que conta dar início às obras de recuperação logo após o visto do Tribunal de Contas. -----

--- Quanto à estrada do campo lamentou que a mesma não tenha sido contemplada pelo Orçamento de Estado, considerando ser necessário o empenho dos agricultores. -----

--- Referiu haver contactos com a tutela em relação ao direito de preferência do património degradado da Ribeira de Santarém. -----

--- Relativamente ao arranjo da estrada da Moçarria disse existir uma articulação total entre as intervenções da Câmara e dos Serviços Municipalizados. -----

--- Quanto ao Teatro Sá da Bandeira disse ter conhecimento de algumas deficiências que deverão ser corrigidos convenientemente. -----

--- No que concerne à freguesia do Pombalinho, salientou haver alguns problemas

relacionados com o saneamento básico, destacando estar marcada uma reunião com o Município da Golegã de modo a clarificar algumas questões já abordadas. -----

--- Afirmou já ter tomado posição no tocante à questão do CTT no sentido de melhorar o funcionamento daqueles serviços. -----

--- Salientou não ter conhecimento da destruição da Porta de Mansos, destacando que a obra na Rua João Afonso será feita de forma faseada. -----

--- Retomou a palavra o senhor **Firmino Oliveira**, Presidente da Junta de Freguesia de Vaqueiros, referindo que não foi dado qualquer esclarecimento à sua pergunta sobre o Alviela. -----

--- De imediato, o senhor **Presidente da Câmara** referiu que ninguém tem dúvidas que o Alviela é um problema de presente e grave que deve ser equacionado devidamente, salientando já ter dado conhecimento das conversas mantidas com o Ministro do Ambiente ao senhor Presidente da Junta de Vaqueiros, sobre o assunto em causa. -----

--- Terminadas as intervenções deste Ponto, o qual não carece de qualquer votação, prosseguiu-se com o **PONTO DOIS – FIXAÇÃO DA TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM (PMDP)**. -----

--- Pela Câmara foi presente a seguinte proposta: -----

--- “Dando sequência à deliberação camarária de cinco de Abril de dois mil e quatro, cabe-me propor à Exm^a. Assembleia a aprovação da proposta de **Fixação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem (PMDP)**, nos termos da alínea e), do número dois, do artigo cinquenta e três, da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, na redacção que lhe foi dada pela Lei cinco-A/dois mil e dois, de onze de Janeiro”. -----

--- Interveio o senhor **José Luís Cabrita** que teceu algumas considerações relativamente à Fixação da Taxa dos Direitos de Passagem, salientando que a maioria parlamentar do PSD e do CDS-PP e também o PS fizeram tábua rasa aos apelos de diversas instituições.

--- Sugeriu a retirada da proposta uma vez que a mesma, em seu entender, não pode produzir efeitos enquanto não for aprovado o respectivo regulamento pelas Câmaras e

Assembleias Municipais.-----

--- A seguir, usou da palavra o senhor **Leonel Martinho do Rosário** discordando da posição do anterior orador, considerando ser justa a aplicação desta taxa tendo em conta a sucessiva destruição das infra-estruturas nas cidades. -----

--- Depois, o senhor **Vereador Manuel Afonso** interveio esclarecendo que a deliberação da Câmara foi tomada com base numa circular da ANMP que aconselhava todos os municípios, independentemente da aprovação desse regulamento, a definirem a taxa a ser aplicada. -----

--- Seguidamente, retomou a palavra o senhor **José Luís Cabrita** considerando a taxa justa. Todavia, a mesma está a ser cobrada ao sujeito errado, salientando que a ausência do referido regulamento impede tudo aquilo que está dependente dele ser aprovado. -----

--- Após alguma troca de impressões, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a proposta de **Fixação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem (PMDP)**, nos termos da alínea e), do número dois, do artigo cinquenta e três, da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei número cinco - A/dois mil e dois, de onze de Janeiro, tendo sido **aprovada por maioria**, com trinta e dois votos a favor, sete votos contra e cinco abstenções. -----

--- Pelo senhor **José Luís Cabrita** foi efectuada a seguinte Declaração de Voto:-----

--- “A nossa votação contra foi pelas razões que evoquei e naturalmente que a CDU adoptará, em relação a esta matéria, o procedimento que bem entender”. -----

--- **PONTO TRÊS – VENDA EM HASTA PÚBLICA DO LOTE NÚMERO CINQUENTA DA ZONA INDUSTRIAL DE SANTARÉM.**-----

--- Pela Câmara foi presente a seguinte proposta: -----

--- “Dando sequência à deliberação camarária de cinco de Abril de dois mil e quatro, cabe-me propor à Exmª. Assembleia a aprovação da proposta de **Venda em Hasta Pública do Lote Número Cinquenta da Zona Industrial de Santarém**, nos termos da alínea i), do número dois, do artigo cinquenta e três, da Lei número cento e sessenta e

nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, na redacção que lhe foi dada pela Lei cinco-A/dois mil e dois, de onze de Janeiro”.

--- Foi dada a palavra ao senhor **Eurico Saramago** perguntando qual a área de construção prevista para este lote de terreno.

--- O senhor **Presidente da Assembleia** esclareceu, de imediato, que se pode construir sessenta por cento da área respectiva.

--- Interveio, de seguida, o senhor **Francisco Madeira Lopes** manifestando-se contra esta proposta, referindo que a CDU considera que o município não deve abrir mão do seu património, designadamente de bens imóveis, quando existem outras alternativas.

--- Destacou que, neste caso, a alternativa seria a venda do direito de superfície onerando o referido prédio.

--- Retomou a palavra, a seguir, o senhor **Eurico Saramago** salientando que o lote em causa permite a construção de um imóvel de sete mil metros quadrados, sugerindo que seja feita uma alteração ao presente lote de modo a poder ali instalar algumas mini indústrias ainda existentes no centro histórico.

--- Depois, interveio o senhor **Leonel Martinho do Rosário** concordando com a intervenção do anterior orador, todavia, o preço à cabeça exclui, de certa forma, as pequenas indústrias.

--- Dada a inexistência de mais intervenções, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a proposta de **Venda em Hasta Pública do Lote Número Cinquenta da Zona Industrial de Santarém**, nos termos da alínea i), do número dois, do artigo cinquenta e três, da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei número cinco - A/dois mil e dois, de onze de Janeiro, tendo sido **aprovada por maioria**, com quarenta e dois votos a favor, sete votos contra e zero abstenções.

--- Pelo senhor **Francisco Madeira Lopes** foi efectuada a seguinte Declaração de Voto:

--- “São conhecidas as dificuldades pelas quais passam presentemente as autarquias em

Portugal. Perante um quadro que se apresenta negro e onde, a cada dia que passa, se agrava a crise, prometendo o nosso Governo, quanta surpresa e originalidade(!), para o ano eleitoral de dois mil e cinco, um bodo aos pobres, é natural que as Câmaras Municipais, com vista a tentar a todo o custo, tapar os rombos no casco e continuar a navegar, ou pelo menos manter-se à tona de água, recorram a todos os meios possíveis, e dentro do quadro legal a que estão obrigadas, de realizar receita. É legítimo. Naturalmente que há formas de o fazer. Na CDU, sempre fomos da opinião, e até que nos demonstrem o contrário continuaremos a ser, de que o município não deve abrir mão do seu património, dos bens imóveis, quando tem alternativas. E a alternativa, também não é novidade, seria a venda do direito real de superfície onerando o prédio que aqui está hoje em causa. Esta opção permitiria à autarquia, não só realizar activos financeiros, mas igualmente permitir o desenvolvimento do tecido industrial de Santarém, tudo isto sem a alienação da propriedade imobiliária do Município. Por estas razões somos levados a votar contra esta proposta.”.-----

--- PONTO QUATRO – RELATÓRIO E CONTAS DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE SANTARÉM DE DOIS MIL E TRÊS.-----

--- Pela Câmara foi presente a seguinte proposta:-----

--- “Dando sequência à deliberação camarária de dezanove de Abril de dois mil e quatro, cabe-me propor à Exm^a. Assembleia a apreciação e votação do **Relatório e Contas dos Serviços Municipalizados de Santarém**, nos termos da alínea c), do número dois, do artigo cinquenta e três, da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei cinco-A/dois mil e dois, de onze de Janeiro”.-----

--- Interveio o senhor **Vítor Alves** manifestando a sua satisfação relativamente aos documentos apresentados pelos Serviços Municipalizados concernentes à sua gestão, contrariamente ao que acontece na Câmara Municipal de Santarém que, no seu entender, roça o medíocre.-----

--- Solicitou esclarecimentos relativamente ao item de encargos com pessoal no que diz

respeito a horas extraordinárias ao fim de semana.-----

A seguir, usou da palavra o senhor **Luís Almeida** recordando que desde sempre os Serviços Municipalizados tiveram uma boa gestão, mesmo antes de ter uma administração tripartida, manifestando também o seu regozijo pelos elogios dirigidos aos referidos Serviços. -----

--- Foi dada a palavra, depois, ao senhor **Leonel Martinho do Rosário** que referiu que, ao longo dos anos, os relatórios do Serviços Municipalizados sempre têm sido objecto de elogios ao inverso do que acontece em relação aos documentos apresentados pela Câmara, considerando haver alguma injustiça no tocante a esta matéria. -----

--- Salientou que os Serviços Municipalizados ao venderem um bem que é a água têm a capacidade para fazer uma gestão muito mais equilibrada, com um grau de rentabilidade elevado.-----

--- Seguidamente, interveio o senhor **Basílio Oleiro**, Presidente da Junta de Freguesia de Arneiro das Milhariças, considerando que os Serviços Municipalizados no que diz respeito às freguesias têm tido um serviço muito mais eficaz. -----

--- Alertou para a necessidade dos Serviços Municipalizados, quando entregam os respectivos trabalhos às empresas, terem mais atenção no tocante à reposição dos pavimentos os quais nem sempre são executados com a qualidade que se exige. -----

--- Tomou a palavra, a seguir, o senhor **Luís Arrais**, Presidente da Junta de Freguesia de S. Nicolau, referindo não entender porque razão se está a comparar a gestão dos Serviços com a da Câmara Municipal de Santarém, quando são realidades diferentes. -----

--- Depois, retomou a palavra o senhor **Vítor Alves** clarificando que quando se analisa um documento desta natureza o que é tido em conta são os resultados evidenciados nesses documentos. -----

--- A seguir, usou da palavra o senhor **Vítor Oliveira Gaspar**, Presidente da Junta de Freguesia de Santa Iria da Ribeira de Santarém, congratulando-se com o trabalho desenvolvido pelos Serviços Municipalizados na sua freguesia, no âmbito do abastecimento de água. -----

--- Seguidamente, interveio o senhor **Vicente Batalha** afirmando que, na sua opinião, não se pode comparar uma gestão tripartida dos Serviços Municipalizados com a de mandatos anteriores, lembrando que nesses mandatos os respectivos relatórios nunca foram aprovados por unanimidade. -----

--- Usou da palavra depois o senhor **Pedro Veloso** perguntando quem é que gere a Câmara e os Serviços Municipalizados são os funcionários ou o Executivo.-----

--- Após alguma troca de impressões, o senhor **Presidente da Câmara** interveio prestando esclarecimentos em relação às horas extraordinárias, referindo haver uma coluna na página vinte cinco do presente relatório que discrimina esses valores. -----

--- Dada a inexistência de mais intervenções, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a proposta relativa ao **Relatório e Contas dos Serviços Municipalizados de Santarém de dois mil e três**, nos termos da alínea c), do número dois, do artigo cinquenta e três, da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei número cinco - A/dois mil e dois, de onze de Janeiro, tendo sido **aprovada por unanimidade**. -----

--- **PONTO CINCO – RELATÓRIO DE GESTÃO E PRESTAÇÃO DE CONTAS DE DOIS MIL E TRÊS, DA CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM.** -----

--- Pela Câmara foi presente a seguinte proposta: -----

--- “Dando sequência à deliberação camarária de dezanove de Abril de dois mil e quatro, cabe-me propor à Exm^a. Assembleia a apreciação e votação do **Relatório de Gestão e Prestação de Contas de dois mil e três, da Câmara Municipal de Santarém**, nos termos da alínea c), do número dois, do artigo cinquenta e três, da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei cinco-A/dois mil e dois, de onze de Janeiro”. -----

--- Foi dada a palavra ao senhor **José Luís Cabrita** que considerou que os números apresentados são demonstrativos da má gestão e administração efectuada pelo Partido Socialista na Câmara Municipal de Santarém. -----

--- Lembrou que aquando da discussão do Orçamento para dois mil e três a CDU levantou sérias dúvidas em relação aos documentos apresentados, salientando a baixa taxa de execução orçamental.-----

--- Manifestou a sua preocupação relativamente ao aumento das dívidas a fornecedores, bem como em relação à dívida à Caixa Geral de Aposentações. -----

--- Destacou que das quatro empresas participadas pela Autarquia apenas uma apresenta resultados positivos. -----

--- Salientou o elevado nível de absentismo registado na Câmara, considerando que a culpa por esta situação não pode ser imputada a quem falta mas sim a quem cabe as responsabilidades de administração e de gestão.-----

--- Interveio, depois, o senhor **Diamantino Vicente**, Presidente da Junta de Freguesia de Casével, referindo que gostaria de ver inscrito no documento em apreço a presença dos Presidentes de Junta em algumas actividades do Município, assim como no trabalho executado no âmbito do Secretariado do Gabinete de Apoio às Freguesias e na feitura do Protocolo de Delegação de Competências nas Juntas de Freguesia. -----

--- Concluiu, manifestando a sua preocupação relativamente à situação financeira do Município de Santarém. -----

--- A seguir, usou da palavra o senhor **Pedro Veloso** que teceu fortes críticas ao documento apresentado, nomeadamente em relação às despesas correntes, questionando que mediadas foram tomadas pelo Executivo Municipal com vista a inverter a situação financeira da Autarquia e qual a justificação para o aumento significativo das referidas despesas correntes. -----

--- Quis saber porque razão o Executivo agendou estes documentos se tinha conhecimento que alguns valores inscritos não estavam correctos. -----

--- Tomou a palavra, seguidamente, o senhor **Hélder Pombo** considerando que a gestão da Câmara Municipal de Santarém, ao longo dos anos, tem sido desastrosa. -----

--- Salientou que o Executivo em dois mil e três aumentou em quarenta e nove por cento as dívidas a curto prazo, sem que tivesse havido qualquer investimento significativo,

apesar de se verificar um aumento da receitas de treze por cento. -----
--- Sublinhou que o passivo da autarquia ascende a cinquenta milhões de euros, manifestando a sua perplexidade e preocupação relativamente a esta matéria.-----
--- Referiu que o documento em apreço espelha a gestão do Município gastando desmesuradamente e Santarém, afirmou, continua a ser um concelho com muitas carências e oportunidades perdidas. -----
--- De seguida, interveio o senhor **Carlos Catalão** referindo que as contas em apreço, certamente, não são aquelas que o Executivo gostaria de apresentar. Todavia, o ano em causa foi um desastre para o País, quer em termos económicos, quer em termos sociais, motivado pelas medidas do Governo. -----
--- Focou um conjunto de obras levadas a efeito pela Câmara, designadamente ao nível da educação e do saneamento básico, sem qualquer apoio, até à presente data, por parte da Administração Central. -----
--- Considerou que as contas estão pior que no passado motivada, na sua opinião, por uma gestão tripartida que faz gastar dinheiro forçando a aprovar tudo aquilo que é despesa e impedindo de obter receita através dos mecanismos que são permitidos.-----
--- Usou depois da palavra o senhor **Ricardo Ribeiro Gonçalves**, Presidente da Junta de Freguesia de Azoia de Baixo, discordando da anterior intervenção, considerando que Santarém não tem qualquer tipo de estratégia. -----
--- Referiu que o actual mandato não vai chegar para pagar as dívidas do mandato anterior da Junta de Freguesia a que preside.-----
--- Disse entender que o actual Executivo Municipal foi objecto de uma pesada herança, no entanto, a situação financeira da Autarquia tem vindo a agravar-se significativamente, o que o deixa bastante preocupado.-----
--- A seguir, tomou a palavra o senhor **Leonel Martinho do Rosário** considerando ser a situação financeira da Câmara consequência de um problema conjuntural que decorre do facto da economia não crescer aquilo de deveria, assim como do abrandamento do consumo. -----

--- Salientou que Santarém para fazer face às dificuldades financeiras não vendeu património nem contraiu empréstimos, afirmando que, no seu entender, estamos igual ao ano passado.-----

--- Foi dada a palavra, seguidamente, ao senhor **Basílio Oleiro**, Presidente da Junta de Freguesia de Arneiro das Milhariças, que discordou da afirmação do senhor Presidente da Câmara ao dizer que as Juntas ainda não sentiram as dificuldades da autarquia, referindo não ser verdade basta analisar o endividamento das Juntas e o atraso nos pagamentos dos duodécimos.-----

--- Sugeriu o pagamento das facturas, por liquidar há dois anos, de pequena importância para boa imagem do Município.-----

--- Depois, interveio o senhor **Luís Arrais**, Presidente da Junta de Freguesia de S. Nicolau, considerando que o presente relatório só vem demonstrar factos já conhecidos, uma vez que a maioria do que estava prometido realizar, na área geográfica da sua freguesia, ficou por executar, nomeadamente o arranjo da estrada entre S. Domingos e as Fontainhas que estava previsto para dois mil e três.-----

--- Salientou que o grau de execução orçamental referente ao ano em apreço foi de trinta e dois por cento.-----

--- Referiu que o endividamento da Autarquia aumentou de forma significativa, perguntando porque razão existe uma empresa de comunicação com gastos na ordem dos trinta e seis mil euros, quando há um Gabinete de Relações Públicas na Câmara Municipal de Santarém com dois técnicos superiores.-----

--- Quis saber, ainda, como é que o senhor Presidente da Câmara classifica a situação financeira da Câmara, neste momento, tendo em atenção as afirmações de “falência técnica” anteriormente proferidas.-----

--- Usou da palavra, a seguir, o senhor **Pedro Braz** referindo não estranhar do duplice comportamento político das oposições quando se trata de aprovar projectos de investimento tendentes ao aumento das despesas correntes.-----

--- Destacou a falta de pagamento de uma verba de cerca de meio milhão de contos por

parte da Administração Central a qual iria permitir pagar muita obra realizada.-----
--- Afirmou que caso o PSD tivesse na Câmara, certamente, entre outras medidas, privatizariam tudo o que fosse possível e acabariam com as políticas sociais, ou seja, de uma tanga imaginária passariam para um nudismo total.-----
--- Considerou que a Câmara Municipal de Santarém está no bom caminho, no desenvolvimento sustentado do concelho, referindo que a equipa socialista liderada na pessoa do Presidente da Câmara, no seu entender, merece que nos orgulhamos do seu trabalho.-----
--- Concluiu, sugerindo aos vereadores da oposição para assumirem pelouros.-----
--- Depois, tomou a palavra o senhor **António Xavier Rocha Pinto** considerando que a Câmara não necessita de recorrer ao crédito uma vez que não paga aos fornecedores. ----
--- Perguntou qual o prazo médio dos pagamentos a fornecedores.-----
--- A seguir, interveio o senhor **Ricardo Martinho do Rosário** salientando que, na sua opinião, a taxa de execução está demonstrada na capa e na folha de fecho do presente relatório.-----
--- Proseguiu enumerando um conjunto de obras realizadas pela autarquia, e concluiu referindo ter havido um aumento no investimento corrente em benefício do bem estar da população do concelho.-----
--- Depois, intervieram novamente os senhores **Pedro Pimenta Braz e Pedro Veloso** prestando algumas considerações em relação às suas anteriores intervenções.-----
--- De seguida, foi dada a palavra ao senhor **Luís Almeida** referindo que se compararmos a realidade daquilo que se passa em Santarém com todo o nacional o balanço é bastante positivo a nosso favor.-----
--- Salientou os atrasos na transferência de verbas por parte da Administração Central, assim como os empréstimos, aprovados por esta Assembleia, que depois não podem ser utilizados por imposição do Governo.-----
--- Afirmou que apesar de todas as críticas as pessoas continuam a votar PS porque não são as questões economicistas a prioridade número um deste partido, mas sim a

qualidade de vida dos cidadãos.-----

--- Usou da palavra, de seguida, o senhor **Luís Arrais**, Presidente da Junta de Freguesia de S. Nicolau, referindo que as preocupações com o transporte das crianças não são apenas do Executivo Socialista, salientando que a sua Junta de Freguesia também presta esse tipo de serviços.-----

--- Interveio, a seguir, o senhor **Nuno Castelbranco** querendo saber se a Câmara Municipal de Santarém se encontra em situação de falência.-----

--- Lembrou que a execução orçamental foi extremamente baixa, considerando ter havido razão quando foi afirmado pelo PSD que o orçamento estava extrapolado.-----

--- Depois, retomou a palavra o senhor **Pedro Pimenta Braz** esclarecendo que as preocupações com as crianças não são exclusivas do PS, no entanto, referiu ser uma preocupação acentuada em termos sociais.-----

--- Seguidamente, usou da palavra o senhor **Presidente da Câmara** considerando que o Executivo tomou as opções que lhe pareceram mais correctas de modo a não agravar a difícil situação financeira do Município, apesar das restrições ao endividamento impostas pelo Governo, sem prejudicar o investimento e aproveitando todos os fundos comunitários disponíveis.-----

--- Prestou esclarecimentos em relação às despesas correntes, justificando que o aumento das mesmas tiveram a ver, por um lado, com a manutenção de novos equipamentos, nomeadamente com o Complexo Aquático, e por outro, com a conservação da rede viária do concelho e da ETAR, salientando que estes encargos a partir de dois mil e três passaram a ser considerados como agregado corrente.-----

--- Clarificou que a dívida à Caixa Geral de Aposentações referente ao ano de dois mil e dois foi paga em dois mil e três, enquanto o montante respeitante ao ano passado foi liquidada em dois mil e quatro.-----

--- Referiu que o Executivo poderia ter optado pelo saneamento financeiro da Autarquia, todavia, apostou no desenvolvimento de modo a não perder oportunidades de investimento.-----

--- Concluiu, salientando estar-se a inverter um período de alguma dificuldade financeira e a iniciar-se um ciclo de investimentos fundamentais para o desenvolvimento do concelho de Santarém.-----

--- Por último, foi dada a palavra ao senhor **Pedro Veloso** lamentando que o senhor Presidente da Câmara não responda às perguntas concretas que lhe são colocadas.-----

--- Esgotadas as intervenções, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a proposta relativa ao **Relatório de Gestão e Prestação de Contas de dois mil e três, da Câmara Municipal de Santarém**, nos termos da alínea c), do número dois, do artigo cinquenta e três, da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei número cinco - A/dois mil e dois, de onze de Janeiro, tendo sido **reprovada por maioria**, com vinte e dois votos contra, vinte e um votos a favor e cinco abstenções.-----

--- Pelo senhor **Hélder Pombo** foi efectuada a seguinte Declaração de Voto:-----

--- “Votámos contra a prestação de contas da Câmara Municipal de Santarém, na medida em que os documentos apresentados são o retrato de péssima gestão em tudo penalizadora do nosso Concelho. Não podemos concordar, nem ser minimamente coniventes com uma gestão que aumenta em quarenta e nove por cento as dividas de curto prazo, sem, no entanto levar a cabo qualquer obra de interesse para os munícipes.-

--- Uma gestão que, mesmo com um aumento de receita de treze por cento, aumenta as dívidas de curto prazo quarenta e nove por cento e realiza zero por cento de muitos dos seus projectos, não poderá nunca obter a nossa concordância. Trinta e dois por cento de execução é uma percentagem muito escassa num concelho com diversas carências aos mais variados níveis.-----

--- Um passivo que ascende a cinquenta milhões de euros, é um facto que não podemos ignorar, e perante o qual mostramos a nossa perplexidade e preocupação.-----

--- Preocupamo-nos com o concelho e com o seu futuro, que por este andar está completamente hipotecado.-----

--- Assumimos na politica uma posição séria, e como tal não podemos deixar de

condenar com veemência os números apresentados e que, de resto, falam por si próprios sem grande necessidade de explicações: aumento de sessenta e três por cento nas despesas com fornecimentos e serviços externos, aumento de mais de oito milhões de euros nas dívidas de curto prazo num só ano, não pagamento de dívidas de anos anteriores, Juntas de Freguesia a receberem nada ou quase nada. -----

--- É necessário a tomada de medidas urgentes tendentes ao equilíbrio financeiro da Câmara. Não é possível continuar a aumentar as dívidas de curto prazo a um ritmo de quase cinquenta por cento ano, sob pena de a Câmara não ter capacidade para se solver, no futuro, os seus compromissos com os agentes económicos e sociais do concelho, e prover o desenvolvimento que todos desejamos para a terra em que vivemos. -----

--- As boas regras de gestão, que o Partido Socialista insiste em ignorar, impõem que se canalizem os recursos financeiros prioritariamente para investimento, de forma a desenvolver económica e socialmente o nosso concelho. -----

--- É necessário um maior rigor, com um maior aproveitamento dos recursos disponíveis.

--- Não contem connosco para este tipo de gestão. Queremos o desenvolvimento do Concelho.”.-----

--- A seguir, pelo senhor **José Luís Cabrita** foi proferida a seguinte Declaração de Voto:

--- “Pelas razões apontadas nas intervenções efectuadas pelo representantes da CDU na Assembleia Municipal de Santarém e nomeadamente porque: -----

--- Um-Quando da discussão das Grandes Opções do Plano e do Orçamento para o ano de 2003 colocámos sérias reservas aos documentos apresentados.-----

--- Dois-Considerava, e considera a CDU que, as Grandes Opções do Plano e o Orçamento, não podem nem devem ser meros instrumentos elaborados tendo como único objectivo dar cumprimento ao que legalmente se encontra estabelecido e muito menos um mero enunciado de promessas cujo cumprimento, antecipadamente, sabemos não ser concretizáveis. -----

--- Três-Entendia e entende a CDU que a Câmara de Santarém necessitava e necessita de um novo modelo de gestão e de uma nova prática de administração, sendo o Partido

Socialista incapaz de apresentar uma verdadeira, clara e objectiva estratégia de desenvolvimento para o concelho de Santarém. -----

--- Quatro-Considerava a CDU que, tendo em conta as condições objectivas existentes, mas também pelo que do passado resultava, não haver qualquer garantia de execução das Grandes Opções do Plano e do Orçamento para dois mil e três.-----

--- Cinco-Porque, os números apresentados, confirmando os prognósticos da CDU, são demonstrativos da má gestão e administração efectuada pelo Partido Socialista na Câmara Municipal de Santarém. -----

--- Seis-do relatório apresentado, salientamos: -----

--- Grau de execução da receita – cinquenta e um virgula vinte e dois por cento. -----

--- Grau de execução da despesa – quarenta e nove virgula trinta e dois por cento. -----

--- Grau de execução do PPI – quarenta virgula quarenta e cinco por cento.-----

Grau de execução das GOP – quarenta e dois virgula sessenta por cento. -----

--- Sete-Salientamos ainda que em comparação com o ano anterior se verifica um aumento da despesa em quinze por cento, das despesas correntes em vinte e quatro por cento e das despesas de capital em cinco por cento.-----

Oito-No que respeita às dívidas a terceiros de curto prazo algumas contas apresentam indicadores de crescimento deveras preocupantes:

	2002	2003	%
Fornecedores c/c	1.891.062,54	3.169.700,70	67,61
Fornecedores facturas em recepção e confº	8.851.659,34	9.206.794,38	4,01
Fornecedores de imobilizado c/c	4.334.582,17	8.118.039,50	87,29
Estado e outros entes públicos	170.375,57	410.802,82	41,12
Outros credores	1.138.859,10	3.389.902,50	97,66
Vendas a dinheiro	3.632,43	30.920,20	51,23
	16.390.171,15	24.326.160,10	48,42

--- Nove-Os resultados líquidos do exercício verificamos que eles passaram de –

novecentos e cinquenta e sete mil novecentos e oitenta e sete virgula cinquenta e três em dois mil e dois para – oito milhões e setecentos e doze mil novecentos e quarenta e quatro virgula trinta. -----

Dez-Em relação às participações financeiras das quatro empresas participadas pela autarquia apenas uma apresenta resultados positivos a SANTACARNES. As demais CNEMA, DET e TAGUSGÁS apresentam resultados negativos sendo os desta empresa superior a um milhão de Euros. -----

--- Onze-Das dívidas existentes, sendo naturalmente todas preocupantes, apresenta maior preocupação, pelos reflexos que tem e pode ter no próprio funcionamento da autarquia, por ter reflexos directos na vida de quem nela trabalha, a dívida à Caixa Geral de Aposentações.-----

--- Doze-Da síntese das reconciliações bancárias salientamos a discrepância enorme existentes na conta da Caixa Geral de Depósitos que apresenta um saldo contabilístico de sessenta e três mil duzentos e cinquenta e um virgula sessenta e quatro, sendo o saldo de um milhão e cento e catorze mil e cinquenta e quatro virgula quarenta e cinco. -----

--- Treze-O nível de absentismo, que se situou nos quinze mil novecentos e vinte e nove dias, representa uma subida comparativamente aos anos anteriores. A culpa por esta situação não pode ser imputada a quem falta mas sim a quem cabem as responsabilidades de administração e gestão tanto mais que uma das principais causas apontadas é a doença e dentro destas o stress vivido. O elevado nível de absentismo registado na Câmara Municipal de Santarém, é igualmente elucidativo da natureza e do tipo de gestão implementado pelo Partido Socialista. -----

--- A CDU votou contra o Relatório de Prestação de Contas de dois mil e três, apresentado à Assembleia Municipal pelo Executivo da Câmara Municipal de Santarém”.

--- **PONTO SEIS – APRESENTAÇÃO DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DE “PROPOSTAS DE VOTOS, MOÇÕES OU RECOMENDAÇÕES” ENTREGUES NA MESA ATÉ AO INÍCIO DO PERÍODO DE “ANTES DA ORDEM DO DIA”.** -----

--- Pelo senhor Aires Lopes foi apresentada a seguinte Recomendação:-----

--- “Tendo em consideração a actividade profissional, Associativa e Cívica que foi desenvolvida pelo Exmo. Sr. Eng.º José Manuel Rodrigues Casqueiro com especial relevo na sua ligação à Comunidade do Concelho de Santarém, de que era natural e ainda, no desempenho político, tendo sido inclusive, Deputado da Nação, o CDS - Partido Popular vem propor a Exma Assembleia Municipal, ora reunida, a aprovação de uma “recomendação” à Exma. Câmara Municipal no sentido de , quando esta considerar oportuno, atribuir o nome daquele ex-munícipe de Santarém a uma artéria da cidade, como homenagem ao Homem e Cidadão, que na defesa dos seus ideais tanto contribuiu para o desenvolvimento do Concelho, da sua Comunidade e do próprio País”.-----

--- Interveio o senhor **Aires Lopes** fazendo a apresentação da Recomendação, referindo que a mesma vem no seguimento de semelhantes propostas, em relação a outras personalidades. -----

--- A seguir, usou da palavra o senhor **José Luís Cabrita** sugerindo que a proposta seja retirada de modo a obter o consenso desta Assembleia. -----

--- Depois, tomou a palavra o senhor **Luís Almeida** considerando que José Manuel Casqueiro foi uma personalidade importante de Santarém e do País.-----

--- Discordou da posição da CDU quanto ao consenso, lembrando outras propostas aqui aprovadas, nomeadamente em relação a Francisco Gonçalves Pereira. -----

--- Seguidamente, o senhor **Eurico Saramago** interveio para lamentar a posição da CDU relativamente a esta matéria.-----

--- De seguida, foi dada a palavra ao senhor **Pedro Braz** referindo que independentemente das divergências que possam ter existido em relação a José Manuel Casqueiro, na sua opinião, deve ser salvaguardada a importância, o destaque e o facto de ser oriundo de Santarém. -----

--- Interveio, depois, o senhor **Basílio Oleiro**, Presidente da Junta de Freguesia de Arneiro das Milhariças, afirmando que também teve algumas divergências com José Manuel Casqueiro, considerando ser, no entanto, merecedor de reconhecimento pelo seu trabalho. -----

--- Usou da palavra, a seguir, o senhor **Vicente Batalha** clarificando que aquilo que foi proposto em relação a Francisco Gonçalves Pereira foi um voto de Pesar e não a atribuição do nome a uma Rua que irá perpetuar na história. -----

--- Após alguma troca de impressões, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a Recomendação em epígrafe tendo sido **aprovada por maioria**, com vinte e nove votos a favor, zero votos contra e seis abstenções.-----

--- Pelo senhor **Luís Arrais** foi efectuada a seguinte Declaração de Voto:-----

--- Contrariamente à maioria das pessoas aqui presentes eu não conheci nem nunca falei com José Manuel Casqueiro. Mas conheço a sua obra. Recordo um escrito do deputado Pedro Braz que fala da necessidade de constituir “lobis” a favor de Santarém. É aqui que estas coisas começam, através do reconhecimento das pessoas que marcaram e deixaram qualquer coisa para nós e para os nossos filhos”.-----

--- Depois, o senhor **Eurico Saramago** prestou a seguinte Declaração de Voto:-----

--- “Conhecendo bem José Manuel Casqueiro, e muitas vezes em divergência com ele, penso que esta votação hoje aqui é aquela que ele gostaria que existisse”.-----

--- Por último, o senhor **José Luís Cabrita** proferiu a seguinte Declaração de Voto: -----

--- Em relação a esta matéria penso que antes de serem colocadas à discussão pelos proponentes deveriam ser contactadas as demais forças políticas. Nada nos move contra a pessoa em si, no entanto, temos algumas dúvidas quanto ao seu trabalho em prol de Santarém e do País”.-----

--- Tendo em conta a urgência destes assuntos e o preceituado no número três, do artigo noventa e dois, da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei número cinco – A/dois mil e dois, de onze de Janeiro, o senhor Presidente da Assembleia submeteu a votação a aprovação em minuta dos **Pontos Dois, Três, Quatro, Cinco e Seis**, tendo sido aprovados por unanimidade, nestas condições para que possam produzir efeitos imediatos. -----

--- Encerrada a Ordem de Trabalhos e nos termos da Lei e do Regimento, o senhor **Presidente da Assembleia** declarou aberto o **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO**

PÚBLICO tendo usado da palavra o senhor **Ramiro Matos** que teceu algumas considerações em relação ao Relatório e Contas da Câmara Municipal de Santarém, referindo que quem gere o Município é o PS, salientando que as despesas correntes “fogem” às reuniões de Câmara, dando exemplo a aquisição de uma viatura topo de gama.-----

--- Relativamente ao Executivo não vender património, lembrou a venda de um lote de terreno na Zona Industrial agendada para a presente sessão.-----

--- A seguir, interveio o senhor **Presidente da Câmara** referindo que os actos citados foram, na sua opinião, actos de boa gestão, salientando não ter havido o recurso a receitas extraordinárias.-----

--- Esgotadas as intervenções, eram três horas e trinta minutos, quando o senhor **Presidente da Assembleia** deu por encerrada a sessão de que se lavra a presente acta que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada.-----

--- E eu, Carlos Alberto Pereira Almeida, a
redigi e subscrevi.-----

----- **O PRESIDENTE**-----

----- **O PRIMEIRO SECRETÁRIO**-----

----- **O SEGUNDO SECRETÁRIO**-----